

# O ABORTO COMO FERRAMENTA DE CONTROLE POPULACIONAL

Um estudo do caso brasileiro

Em 1952 é fundado por John Rockefeller III o Population Council (Conselho Populacional), entidade preocupada com o aumento da população em âmbito mundial, sobretudo nos países de 3º mundo.

Primeira providência: formação de recursos humanos dedicados aos estudos demográficos.

“Na década de 50, a percepção de que uma explosão demográfica global estava por ocorrer devido aos níveis de crescimento dos países pobres, gerou um súbito interesse público pelos temas populacionais.”

Martine, George. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, julho/dezembro 2005

“Para ajudar a convencer o público e os políticos da necessidade de tais políticas, e para implementá-las eficazmente, foram direcionados recursos vultosos para a formação de recursos humanos em demografia e temas conexos, assim como para a geração de dados e a análise dos mesmos.

Também foram inventados e apresentados, ad nauseam, vários modelinhos destinados a demonstrar ao mundo inteiro a desgraça que ocorreria se os países pobres não conseguissem reduzir rapidamente seu crescimento.”

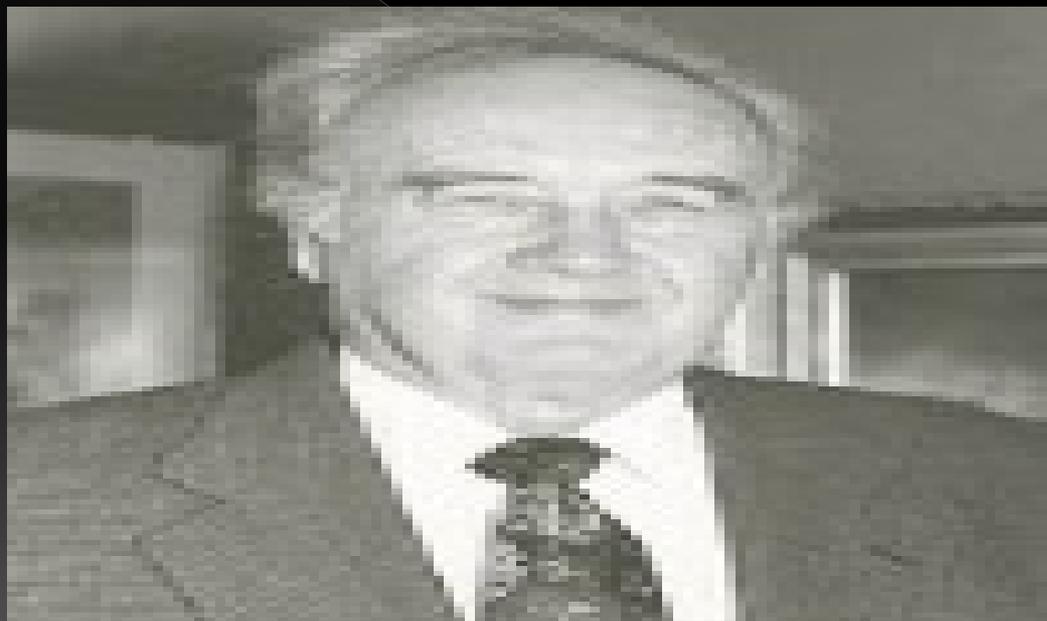
“O que tem tudo isso a ver com o desenvolvimento dos estudos populacionais no Brasil? Muito! Tudo! De alguma maneira, a maioria de nós que trabalhamos na área de população somos produto e beneficiários da preocupação (quase paranóia) nascida em torno à explosão demográfica.”

Martine, George. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, julho/dezembro 2005

Outro aspecto do trabalho do Conselho Populacional era o de lobby junto ao governo americano, na tentativa de fazer com que o controle populacional fosse adotado como política estatal. A partir da aprovação do “Relatório Kissinger”, o Conselho Populacional atingiu seu intento.

A primeira estratégia para a popularização do aborto se deu através do foco na ação médica.

Nas palavras de Reimert Ravenholdt,  
diretor do Escritório para População  
da USAID:



“Através da Administração de Serviços Gerais do governo dos Estados Unidos compramos mil kits de regulação menstrual.

Rapidamente fornecemos algumas centenas destes aparelhos para obstetras, ginecologistas e pesquisadores colaboradores escolhidos de muitos países dentro do Programa Internacional de Pesquisa em Fertilidade.

Dentro de algumas semanas o retorno deixou claro que os kits de regulação menstrual estavam trabalhando muito bem.”

“Encomendei mais dez mil kits. Cada kit podia ser usado muitas vezes. Tenho uma amiga, obstetra e ginecologista na Malásia, que usando um só kit, com algumas reposições de canaletas, conseguiu realizar 6.800 interrupções de gravidez”

<http://www.smith.edu/libraries/libs/ssc/prh/transcripts/ravenholt-trans.pdf>

## Sobre a Emenda Helms:

“Entrou em vigor em dezembro de 1973. Depois disso já não podíamos fornecer assistência para interrupções de gravidez.”

<http://www.smith.edu/libraries/libs/ssc/prh/transcripts/ravenholt-trans.pdf>

IPAS (International Pregnancy Advisory Services – Serviço Internacional de Aconselhamento sobre Gravidez) é fundado em 1973



"Como disse um ex membro, 'Nossa política é a de que quanto mais o aborto é ilegal, mais atrativo nos é, pois é uma necessidade. Se é legal, outras organizações podem cuidar disso". Atualmente, o trabalho do IPAS está presente em três áreas:

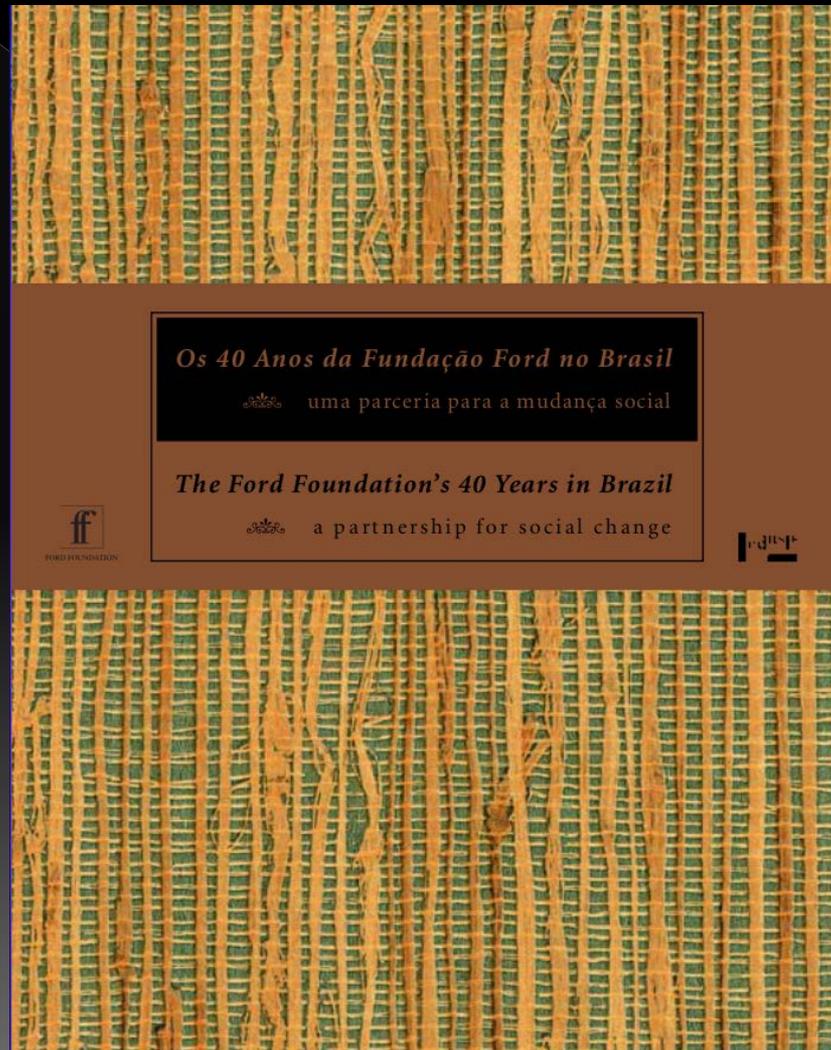
- 1)Provendo empréstimos para o estabelecimento de clínicas de aborto;
- 2)Manufaturando equipamentos para aspiração à vácuo tendo como finalidade a venda para outras organizações como a Pathfinder e a IPPF; e
- 3)Serviços diretos de aborto."

“Sua estratégia neste terceiro front é a de identificar médicos que estão interessados em aborto, sendo ou não legal, e então ajudá-los a iniciar os serviços. O IPAS está agora dando apoio a clínicas em cerca de vinte países, incluindo México, Brasil e Indonésia, onde o aborto é ilegal.”

Warmick, Donald. Foreign aid for abortion. In: The Hastings Center Report, abril de 1980

No entanto, foi constatado que, apesar de todos os esforços para a facilitação do aborto - clínicas, médicos, etc - as mulheres ainda escolhiam não abortar. A razão deste comportamento se encontrava nos valores e nas expectativas de vida das mulheres, que viam a família e os filhos como conquistas desejáveis.

# Relatório “Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil:



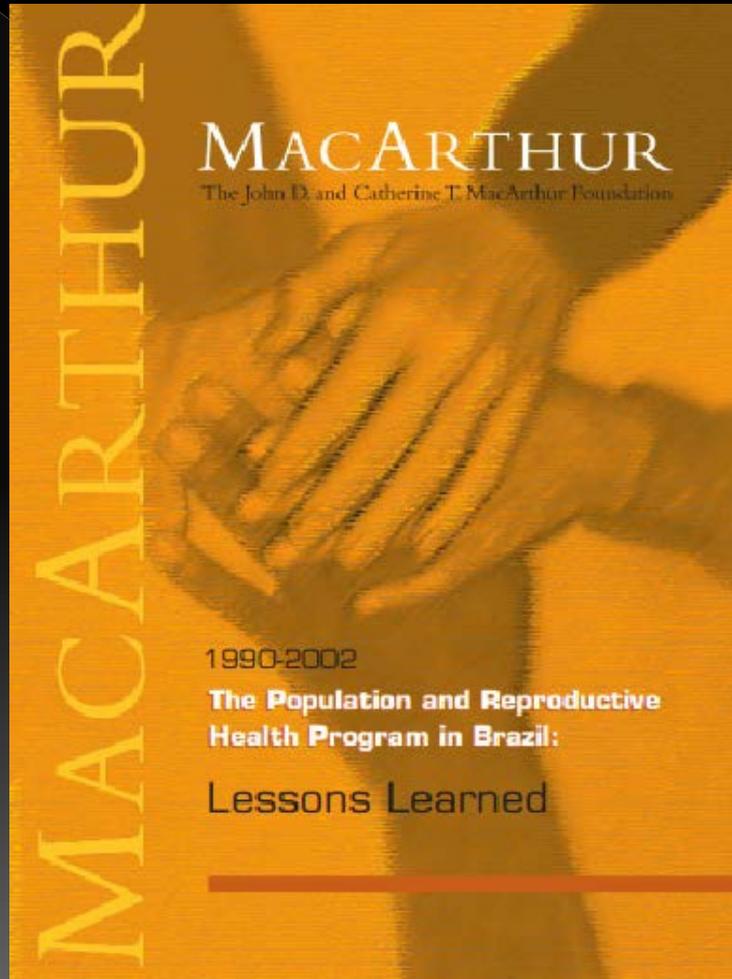
“O marco histórico na trajetória do campo dos estudos sobre a mulher foi a doação feita à FCC para a criação, em 1978, do primeiro Concurso de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher Brasileira, que desempenhou importante papel no desenvolvimento da área tanto em pesquisa científica quanto no incentivo à aceitação da nova disciplina que nascia apoiada por essa prestigiosa instituição.

(cont.)

“Financiados pelo programa Direitos Humanos da Fundação, esses concursos deram maior relevância à área de saúde reprodutiva em função do apoio dado a projetos de pesquisa que resultaram no livro Direitos Tardios: Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina. A integração entre feministas e acadêmicas teve forte impacto na produção de novos conhecimentos que viriam a influenciar e a subsidiar as políticas públicas.”

Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil,  
2002

# Relatório Lessons Learned Fundação MacArthur



“Em 1988, a Fundação MacArthur decidiu investir em saúde reprodutiva e questões populacionais no Brasil, na Índia, na Nigéria e no México. Os quatro países abrigavam juntos uma proporção significativa da população dos países em desenvolvimento, e cada um deles separadamente apresentava uma gama diferente de desafios. O Brasil foi escolhido por sua relevância e influência na região, e porque seu ambiente cultural e político proporcionava às ONGs oportunidades de influenciar diretrizes de política pública.” pág. 11

1990-2002 The Population and Reproductive Health Program in Brazil: Lessons Learned, dezembro de 2003

Segundo o relatório, um dos campos prioritários de ação da Fundação no Brasil é:

“A criação e sustentabilidade de um marco legal que permita às mulheres o acesso aos serviços de que necessitam, inclusive o aborto, e que permita aos e às adolescentes suprir suas necessidades de saúde sexual e reprodutiva.” pág. 11

“Contudo, mesmo após a avaliação, 14 doações substanciais de "encerramento" foram concedidas a algumas ONGs, consideradas estratégicas, de maneira a assegurar sua sustentabilidade e contribuir para a manutenção e ampliação do campo de ação e pesquisa em saúde e direitos sexuais e reprodutivos no país. Todas essas doações estão destinadas a garantir a estabilidade institucional, estimular o trabalho conjunto entre as várias organizações apoiadas e favorecer o aprofundamento da reflexão interna dessas ONGs quanto aos seus objetivos de longo prazo.”

“A maioria das vozes enfatiza que a grande exceção nesse campo particular é a legalização plena do aborto, pois nesse caso é fundamental avançar também no debate legislativo. A experiência brasileira, na década de 1990, para garantir o acesso ao aborto dentro das limitações da lei existente, é ampla e positivamente mencionada. Mas a percepção dominante é de que isso não é suficiente.” pág 33

“Jacira Mello (Instituto Patrícia Galvão), por exemplo, enfatizou aspectos relacionados à comunicação e à mídia. Ela acha que as organizações de mulheres e os movimentos sociais em geral devem formular mensagens mais claras para informar o debate público sobre questões geralmente controversas, como é o caso do aborto. Ela conclama a construção de argumentos mais persuasivos e o uso de uma linguagem mais sedutora nas campanhas públicas e nos materiais educativos. Nessa mesma linha de raciocínio, muitas vozes consideram que muito ainda resta a ser feito no que diz respeito à conceituação e ao debate sobre direitos sexuais.” pág. 34

“Um segundo financiamento da MacArthur possibilitou um aumento de 60 por cento no número de locais para assistência ao aborto e pós-aborto e facilitou o acesso dos profissionais desses locais a aparelhos manuais de aspiração a vácuo para simplificar e aprimorar o tratamento pós-aborto.

O Ipas treinou as equipes na utilização dessa técnicas, que não necessitam de anestesia e permitem que as mulheres deixem o hospital algumas horas após o procedimento. O Ipas provou a necessidade e viabilidade de uma rede pública nacional de serviços pós-aborto de boa qualidade.” pág. 50

Financiamento final da  
Fundação MacArthur:  
CFÊMEA  
REDE FEMINISTA DE SAÚDE  
CUNHÃ  
ECOS  
GTPOS

Através da análise destes e de outros tantos dados, chega-se a conclusão de que o chamado “direito das mulheres ao aborto” nada mais é do que uma estratégia criada para levar a cabo um controle populacional pretendido por organizações como as Fundações Ford, MacArthur, Rockefeller, entre outras.